

MOÇÃO

MOÇÃO DE REPÚDIO Nº _____/2025

Requer **MOÇÃO DE REPÚDIO** ao
governador do Estado do Rio de Janeiro,
Cláudio Castro, pela condução de operação policial de extrema
letalidade, símbolo do fracasso de um modelo
de segurança baseado na força, sem integração federativa, políticas sociais
ou combate efetivo às milícias.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais, ouvido o plenário, que seja registrado nos anais da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, e publicado nos órgãos de comunicação oficiais da Casa, **MOÇÃO DE REPÚDIO** ao **governador do Estado do Rio de Janeiro, Cláudio Castro**, pela condução da operação policial recentemente deflagrada em território fluminense, que resultou em mais de uma centena de mortes e foi classificada como a mais letal da história do país.

A dimensão trágica desse episódio não pode ser naturalizada. A violência de Estado, travestida de política de segurança pública, não representa justiça, nem promove paz. Ao contrário, consolida um modelo de enfrentamento que tem se mostrado historicamente ineficaz, desumano e contraproducente.

O Rio de Janeiro acumula, há décadas, uma sucessão de operações policiais de alta letalidade que transformam comunidades em zonas de guerra, ceifando vidas de civis e de agentes públicos, sem que isso tenha produzido qualquer redução estrutural da criminalidade. O Estado fluminense já testemunhou operações com nomes e justificativas variadas, mas invariavelmente ancoradas na mesma lógica militarizada, que enxerga territórios vulneráveis como inimigos internos.

O resultado é o repetido fracasso de uma política de segurança fundada apenas na repressão, sem diagnóstico social, sem continuidade e sem inteligência. A força bruta não substitui a presença permanente do Estado nem resolve os fatores que alimentam o crime: pobreza, desigualdade e ausência de oportunidades. Cada incursão desse tipo apenas renova o ciclo de medo, vingança e descrédito nas instituições, corroendo a confiança da população na própria ideia de Estado democrático de direito.



Outra face do problema reside na falta de integração entre o governo estadual e o governo federal. O enfrentamento ao crime organizado, de natureza complexa e transnacional, exige atuação articulada entre as forças de segurança, políticas públicas de prevenção e inteligência compartilhada. No entanto, o que se tem observado é o isolamento de ações, a competição institucional e o uso político de operações que deveriam ser guiadas por critérios técnicos e humanitários.

A omissão em estabelecer parcerias com a União, por razões meramente de política partidária, demonstra não apenas ineficiência administrativa, mas também uma perigosa instrumentalização da segurança pública como vitrine eleitoral. Sem integração federativa, não há como combater de forma efetiva o tráfico de armas, o fluxo interestadual de drogas e o fortalecimento de facções, fenômenos que ultrapassam fronteiras municipais e estaduais.

É igualmente grave a omissão do governo do Estado do Rio de Janeiro na formulação e execução de políticas sociais estruturantes. A ausência de investimento em educação, cultura, esporte, habitação e geração de emprego nas comunidades mais vulneráveis alimenta o terreno da criminalidade e perpetua a exclusão.

As mesmas áreas submetidas a operações policiais violentas são aquelas que não recebem escolas de qualidade, saneamento básico ou serviços públicos permanentes. O Estado se faz presente apenas com armas e sirenes, quando deveria estar presente com direitos, dignidade e oportunidades. Essa omissão histórica condena gerações inteiras à marginalização, transformando jovens em alvos e comunidades em territórios de exceção.

Enquanto promove operações midiáticas contra o tráfico, o governo fluminense falha em combater de forma consistente as milícias, que se expandem e controlam vastas regiões metropolitanas. Esses grupos criminosos, muitas vezes formados por ex-agentes públicos, exploram ilegalmente o transporte, o gás, a energia, a construção civil e até o voto popular.

A omissão diante desse fenômeno revela tolerância seletiva e cumplicidade institucional. O verdadeiro poder paralelo no Rio de Janeiro não se encontra apenas nas favelas dominadas por facções, mas também nas áreas controladas por milicianos, onde o Estado perdeu completamente o monopólio legítimo da força. Combater o crime organizado exige enfrentar também, e sobretudo, essa estrutura de poder que mistura crime e política.

Por essa razão é que manifesto o meu mais profundo repúdio à política de segurança pública adotada pelo governador do Estado do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, pautada em ações espetaculosas e letais, que desconSIDERAM os princípios da dignidade humana e da legalidade, ao tempo em que conclamo as instituições brasileiras a promoverem um novo paradigma de segurança cidadã, integrado, preventivo e humanitário.

O Estado brasileiro não pode admitir que políticas de extermínio sejam apresentadas como soluções de segurança. A paz não se constrói com balas. Constrói-se com justiça social, educação, oportunidades e presença do Estado nas comunidades.



Respeitosamente,

Sala da Sessões, 3 de novembro de 2025.

Deputado(a) Robinson Almeida
Deputado Estadual



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://albaegis.nopapercloud.com.br/homolog/autenticidade> utilizando o identificador 310036003000320030003A005000

Assinado eletronicamente por **ROBINSON SANTOS ALMEIDA** em **03/11/2025 14:13**

Checksum: **986645A9E631C42AE63B4FE60DEA70784EDFB36F7CFD6E53EC859D3C412626B8**

